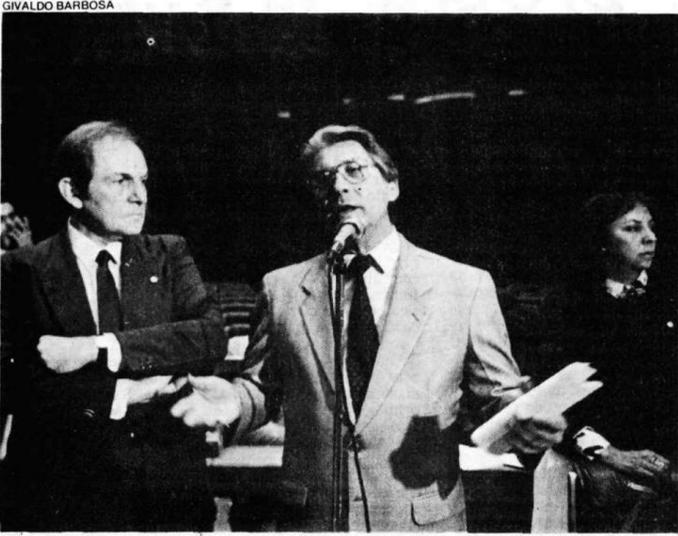


Cabral nega ter recebido proposta de suborno

A explicação no plenário da Constituinte foi apoiada por todos os partidos políticos



Covas reafirmou a confiança do PMDB no relator Bernardo Cabral

PLENÁRIO

Temas vazios marcam debates até a noite

A sessão vespertina da Assembleia Nacional Constituinte começou ontem, efetivamente, às 15h15, depois que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) explicou como vem evitando os lobistas que o procuram. Os vários pronunciamentos que se seguiram, manifestando solidariedade ao procedimento de Cabral, fizeram com que a sessão se estendesse até às 20h. A deputada Dirce Tutu Quadros foi a primeira oradora a falar no "pinga-fogo", abordando uma de suas emendas apresentadas, sobre a inclusão dos Estados Metropolitanos na estrutura da República Federativa do Brasil.

A partir daí, os temas foram diversificados, desde a defesa da construção de

uma nova ponte sobre o rio Genipapo, no Piauí, feita pelo deputado Jesus Tajra (PFL-PI), até a solicitação de um maior amparo constitucional ao excepcional, colocado pelo deputado Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ).

O deputado Chico Humberto (PDT-MG) teve oportunidade de defender a criação do estado do Triângulo. Mas o caso dos lobbies que toma a Constituinte diariamente voltou a ser debatido. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) criticou "um lobby que ninguém critica", que é o do Palácio do Planalto. Segundo ele, esta pressão constante atua como "moto-niveladora sobre a Assembleia Nacional Constituinte". Ele questionou se isto seria lógico e válido ao ponto de não ser criticado por nenhum constituinte.

No horário destinado ao debate do projeto de Constituição, o deputado Adilson Motta (PDS-RS) defendeu a previdência privada e Darcy Delitos (PMDB-PR) alertou para a necessidade de se alterar o disposto no projeto, relativo à reforma tributária, "senão a União não vai poder enfrentar as suas necessidades".

O deputado Eduardo Jorge (PT-SP), utilizando o tempo que seria usado pelo líder do PT, Luiz Ignácio Lula da Silva, defendeu uma política de saúde e segurança do trabalho mais eficiente. Segundo dados que apresentou, um milhão de acidentes acontecem anualmente no Brasil, pela deficiência da segurança do trabalho. "Destes — continuou — 30 mil ficam inválidos e 4.500 acabam morrendo."

Murad diz que foi pressionado

Pelo menos em quatro oportunidades o deputado José Elias Murad (PTB/MG) foi pressionado, ainda que indiretamente, para retirar do anteprojeto de Constituição o parágrafo único do artigo 404 que veda a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos. Ele próprio as relatou ontem, destacando como mais absurda a advertência que lhe foi levada por um colega de partido de que o artigo, se aprovado, inviabilizaria a realização da Copa do Mundo no Brasil em 1994.

"Infeliz do País que para fazer uma Copa do Mundo necessita da propaganda desses produtos que fazem tão mal à saúde do seu povo", foi a resposta do deputado. Em outra ocasião, um constituinte gaúcho lhe disse que produtores de fumo do Rio Grande do Sul estavam preocupados e queriam saber de que forma poderiam se entender para chegar a um meio-termo, já que consideravam a proibição radical. Murad se manifestou aberto ao diálogo, mas ninguém apareceu para conversar.

Houve ainda uma vez em que o diretor-presidente de uma companhia de cerveja do Rio de Janeiro ligou pedindo para ser recebido numa visita de cortesia em que discutiriam o tema. Também não apareceu. E finalmente anteontem, um grupo de empresários do setor de publicidade que circulava pelo Congresso o advertiu de que aprovado como está, o artigo implicará em sérios prejuízos para as empresas de comunicação e a mídia.

Os publicitários — segundo José Elias Murad — concordavam que era necessária uma "certa limitação", como a obrigatoriedade da veiculação simultânea da contrapropaganda, advertindo para os riscos que os produtos levam à saúde, mas não aceitavam o veto puro e simples à propaganda comercial. E como outros setores contrários argumentavam que a matéria não é constitucional.

"Pode não ser constitucional, mas se perdermos essa oportunidade, provavelmente só teremos outra quando o Maranhão fizer um novo presidente da República — daqui a uns 100 anos...", ironizou ontem o deputado mineiro.

Murad observa que pela Câmara dos Deputados, parece difícil aprovar qualquer coisa nesse sentido, citando como exemplo os 54 anteprojeto engavetados desde 1967. E mesmo na Constituinte, já emendas supressivas ao anteprojeto, como as apresentadas pelos deputados Eraldo Trindade (PFL-AP) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), além de emendas modificativas de autoria dos deputados Manuel Viana (PMDB-CE) e Darcy Pozza (PDS-RS), que querem deixar a regulamentação da matéria para a legislação ordinária.

Fumo vai render Cz\$ 62 bi de IPI

No último mês de julho a arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) do fumo atingiu a Cz\$ 6 bilhões. A previsão é a de que até o final do ano ela totalize Cz\$ 62 bilhões. Isso significa que serão arrecadados mais Cz\$ 34 bilhões uma vez que entre janeiro e julho essa arrecadação foi de Cz\$ 28 bilhões registrando uma participação de 23,3 por cento no total do IPI que atingiu, no mesmo período, a Cz\$ 120 bilhões.

Na longa lista dos produtos industrializados tributados, o fumo é o que tem a taxa de incidência mais alta. A alíquota do imposto sobre o preço de venda do produto no varejo é de 59 por cento, índice que representa uma tributação de 363 por cento sobre o preço de saída de fábrica. Os técnicos da Receita Federal justificam esse percentual elevado destacando que o fumo é um produto superfluo cujo consumo não é desejado e portanto não deve ser estimulado.

Outro produto considerado superfluo pela Receita é a cerveja, que também sofre uma tributação elevada — 200 por cento sobre o preço de venda — assim como as demais bebidas alcoólicas. O vinho tem uma alíquota tributária de 100 por cento e, como a cerveja, um peso de 9 por cento sobre o IPI arrecadado. Esse índice fica muito aquém dos 23,3 por cento do fumo que praticamente sozinho arrecada os recursos do IPI destinados aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios para os quais são repassados 30 por cento do total do imposto.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pediu a sessão da Assembleia Nacional Constituinte foi aberta ontem, para esclarecer que não recebeu propostas de suborno para modificar o parágrafo único do Artigo 404 do Projeto de Constituição (que veda a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos). Cabral buscou colocar as informações "nos seus devidos termos", tomando por base a matéria veiculada ontem pelo

CORREIO BRAZILIENSE. Afirmou que "ninguém neste País, nem de forma direta, nem de forma obliqua, teria coragem suficiente para tentar

ou sequer insinuar uma forma de suborno".

Por mais de meia hora, o relator recebeu manifestações de solidariedade de lideranças e membros de todos os partidos políticos, inclusive do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. O primeiro a pedir a palavra foi o deputado Erico Pegoraro (PFL/RS), enfocando desde então o alvo de críticas dos demais constituintes, o lobby — "uma coisa necessária quando feita no bom sentido", segundo Pegoraro. Todos os oradores ressaltaram a atuação íntegra e séria de Bernardo Cabral e pediram providências da presidência da Mesa no sentido de estabelecer um "processo de fiscalização e apuração" das ações dos grupos lobistas dentro da Constituinte,

como solicitou o deputado José Genoíno (PT-SP). Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) chegou a sugerir à Mesa, presidida no momento pelo deputado Jorge Arbage (PDS-PA), normas para impedir o livre acesso dos lobistas à Casa, assim como se regulamentou às galerias.

Cabral explicou que o episódio que gerou a matéria divulgada pelo **CORREIO** ocorreu à saída do plenário da Câmara, quarta-feira, onde foi interceptado por um grupo de dirigentes da Associação Brasileira de Agências de Propaganda. "Pediram que lhes desse um minuto de atenção, uma vez que tinha me recusado — como venho me recusando sistematicamente — a receber grupos de pressão", ressaltou. Ele assegurou aos publicitários

que tinha se recusado a receber representantes dos setores de fumo e bebidas alcoólicas, porque não retiraria o parágrafo único do Artigo 404 do seu Substitutivo. Lembrou a eles que sugeriu aos interessados em modificar o dispositivo, que encontrassem um constituinte disposto a apresentar uma emenda supressiva e, para ela, pedissem destaque, "porque o parágrafo lá ficará", enfatizou.

Foi neste momento que Cabral falou aos publicitários: "Se o relator desta Comissão de Sistematização não fosse um homem sério, a esta altura poderia estar rico". Segundo ele, esta afirmação não tem como causa o recebimento de propostas de suborno.

Polêmica do lobby renasce

O lobby é uma atividade "perfeitamente legítima", mas transformase em crime quando passa a envolver tentativas de suborno. Foi com esta afirmação que políticos de diferentes partidos, fumantistas inveterados ou antitabagistas apaixonados, reagiram ontem à denúncia — atribuída ao relator Bernardo Cabral — de que as companhias de cigarros Souza Cruz e Reynolds teriam tentado pressioná-lo com vistas à supressão do dispositivo que proíbe a propaganda do fumo.

Os líderes do PMDB e do PDS na Constituinte, senador Mário Covas e deputado Amaral Netto, admitem que há "fortes interesses contrários" na Assembleia. Ambos, porém, garantem que ainda não foram assediados com propostas financeiras para votar desta ou daquela maneira.

Daquele de vários maços por dia, até ser obrigado a deixar o cigarro por recomendação médica. Covas advertiu que o lobby tem que parar de ser considerado como uma atividade ilegal. Ele

considera legítima a pressão dos diferentes grupos de interesses sobre a Constituinte: "Esta pressão, contudo, deve limitar-se à tentativa de convencimento através da argumentação. Ela se torna ilegítima quando agride a consciência das pessoas".

O deputado Amaral Netto tem a mesma opinião. Antitabagista fanático; a ponto de ter uma placa em seu gabinete pedindo aos visitantes que não fumem naquele local, o líder pedesista afirma que "proposta de lucro não é lobby, é suborno".

Amaral apoia o dispositivo que proíbe a propaganda de cigarros, mas prevê dificuldades para garantir a sua aplicação. "Como é que poderemos impedir que os atores apareçam fumando nas novelas, ou pedir que o Ailton Senna abandone a equipe patrocinada pela Camel?", indagou o pedesista.

Para desestimular o consumo de cigarros, ele tem a sua própria sugestão alternativa: a super-taxação do produto, de forma a que só os ricos tenham condições de comprá-lo. "Isso signifi-

cará que grande parte da população brasileira não terá acesso ao fumo".

PRESSÃO

O senador Lourival Batista (PFL-SE), cuja atuação contra o cigarro tem-se constituído na principal marca de sua atividade parlamentar, acredita que a Souza Cruz e a Reynolds tenham efetivamente tentado subornar o relator da Comissão de Sistematização. Na opinião dele, tal tentativa consiste em "um verdadeiro crime", tanto contra a honestidade dos constituintes como em relação à saúde do povo brasileiro.

Já o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) acha que "todo mundo tem o direito de defender os seus interesses na Constituinte". Ele ainda não sabia da denúncia atribuída a Cabral, por isso preferiu não emitir maiores comentários.

O deputado pedesista negou a informação de que pedira aos brasileiros que fumassem enquanto era secretário da Receita Federal para aumentar a arrecadação de IPI do governo.

Publicitário não ouviu nada

São Paulo — O vice-presidente da Norton Propaganda, Walter Morais, negou ontem ter ouvido do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB), que a Companhia Souza Cruz e a R.J. Reynolds tentaram suborná-lo para que excluísse do anteprojeto da nova Constituição o dispositivo que veta a propaganda de cigarros em todos os meios de comunicação.

Morais confirmou que esteve quarta-feira à tarde no plenário da Câmara dos Deputados com Cabral, junto com outros publicitários convidados pela Associação Brasileira de Propaganda para pressionar os parlamentares em defesa da liberdade de anunciar. "Mas em nenhum momento eu o ouvi dizer que houve tentativa de suborno por parte das empresas fabricantes de cigarro. Quando nós o abordamos sobre o prejuízo que o dispositivo trará para o País, ele nos informou que outras entidades já estiveram falando com ele sobre o assunto" — afirmou o vice-presidente da Norton, que não tem clientes nesse setor de cigarros.

João Calmon propõe 18% para a educação

O tema da sessão extraordinária noturna de ontem, Educação, começou a ser debatido logo à tarde, quando foi abordado pelo constituinte com maior tradição na luta pelo ensino no Brasil: o senador João Calmon (PMDB-ES), também inscrito para falar na sessão noturna. João Calmon é o autor da famosa Emenda Calmon, que garantiu, na Constituição ainda em vigor, a destinação de 13 por cento das verbas públicas para o ensino.

Nesta Constituinte, João Calmon reeditou sua emenda, aperfeiçoada, propondo a destinação de 18 por cento da receita tributária da União e 25 por cento desta mesma receita, dos estados e municípios, exclusivamente à Educação. A proposta vinha sendo acolhida sem problemas, mas Calmon agora alerta para a existência de um outro dispositivo no projeto, conflitante com este, que pode pôr a perder todas as conquistas já feitas.

Este dispositivo, fruto do relatório final da Comissão do Sistema Tributário, proíbe a vinculação de receita tributária a "órgão, fundo ou despesa". Calmon lembra que os dois artigos têm a mesma hierarquia — um não pode prevalecer sobre o outro — mas mesmo assim tomou o cuidado de apresentar emenda ao artigo que proíbe a vinculação de receita, excetuando o caso específico da educação.

Ele teme, porém, que prevaleça a "visão tecnocrática", avessa a qualquer limitação à livre manipulação do orçamento.



João Calmon

Calmon considera "ingênua" a ideia de que as verbas públicas para a Educação já estão asseguradas e que a grande luta desta Constituinte a partir de agora seria garantir sua destinação exclusiva à escola pública.

— Tornase imprescindível a formação de uma grande frente de batalha destinada a assegurar a vinculação orçamentária. E o destino da educação brasileira que está em jogo — alerta Calmon, lembrando que o Brasil ocupa hoje a vergonhosa posição de 79º país em termos de porcentagem do Produto Nacional Bruto destinado à Educação.

O comparecimento de pessoas nas galerias em número bastante superior ao habitual, na sessão noturna de ontem (13), mostra que existem setores da população bastante mobilizados e atentos para o que vai ser decidido pela Constituinte em relação à Educação. A sessão começou com mais de uma hora de

atraso, às 20h05, e quando o presidente da sessão, Jorge Arbage (PDS-PA), anunciou a um plenário semivazio a presença de 421 constituintes, um rumor de surpresa e deboche pôde ser ouvido das galerias.

A maior parte das pessoas presentes lá era professores que vieram a Brasília exclusivamente para assistir ao debate, e certamente saíram frustrados com o baixo comparecimento dos constituintes.

O sistema de acesso exclusivo aos portadores de senhas, adotado como "medida de segurança", impediu a entrada de quase cem professores. Os primeiros vinte minutos da sessão foram gastos em sucessivas questões de ordem levantadas por diversos deputados com o objetivo de resolver o impasse.

Superada a questão, o primeiro orador, Victor Faccioni (PDS-RS) referiu-se à "calamitosa situação da Educação brasileira" e defendeu a destinação constitucional de 18 por cento da verba tributária da União para a Educação. Pressionado por um aparte da deputada Wilma Maia (PDS-RN), porém, Faccioni teve que admitir que não apoia a exclusividade das verbas públicas para a escola pública, mas justificou: "Setenta por cento dos recursos da emenda Calmon hoje são destinados ao ensino superior e somente um por cento a escolas confessionais superiores, que são importantes para a população e não terão como sobreviver sem estes recursos", disse Faccioni.



BANCIÁRIOS Em meio à enxurrada de emendas populares levadas à Constituinte, os acionistas e os funcionários do Banco do Brasil preferiram entregar as suas

— que tratam de participação de empregados nos lucros e na gestão das empresas estatais e privadas — ao professor Afonso Arinos, ele também, bancário.